

## A experiência de organizador de Antonio Gramsci, na Itália e os “loucos anos 1920” na América Latina

Dilma Andrade de Paula\*

São muitos anos lutando, desde que nos levantamos contra D. Porfirio. Depois lutamos com Madero, depois contra os colorados de Orozco, depois contra os infelizes de Huerta, depois contra vocês, os capangas de Carranza. São muitos anos. Estamos cansados. Nossa gente é como as lagartixas, vai tomando a cor da terra, enfia-se nos barracos de onde saíram, tornam a vestir-se de peões e tornam a esperar a hora de continuar brigando, mesmo que seja daqui a cem anos. FUENTES, Carlos. *A morte de Artemio Cruz*. Rio de Janeiro: Record/Altaya, s.d. (Col. Mestres da Literatura Contemporânea, 72, p. 139/140).

Afirmamos que o camponês meridional está ligado ao grande proprietário de terras por meio do intelectual. Este tipo de organização é o mais difundido em todo o Sul continental e na Sicília. Forma um monstruoso bloco agrário que no seu conjunto funciona como intermediário e guardião do capitalismo setentrional e dos grandes bancos. Seu único objetivo é conservar o *status quo*. Gramsci, A. *A questão meridional*, p. 158.

### Resumo

O recorte sociedade civil, impresso ao VII Simpósio Nacional Estado e poder nos impele a refletir sobre um momento central na trajetória de Antonio Gramsci, em Turim, no período de formação dos conselhos operários, na idealização e editoração do periódico *L'Ordine Nuovo* e na criação do Partido Comunista Italiano. Naquele momento, na conflituosa conjuntura latinoamericana dos anos 1920, destacavam-se variados movimentos sociais que reivindicavam cidadania, democratização das relações, condições de trabalho e produção, diante de um padrão econômico, político e social baseado na agro-exportação e seus corolários. No entendimento dessa conjuntura e na proposição de alternativas que contemplassem populações excluídas, destacava-se a atuação e reflexão do peruano Jose Carlos Mariátegui, que muito se aproxima de Gramsci. Por meio de bibliografia específica, buscar-se-á empreender um breve exercício reflexivo acerca desses intelectuais, de suas práxis e escritos, no contexto italiano e latinoamericano, principalmente no que se refere à problemática da incorporação dos problemas agrários e camponeses tanto em suas análises, quanto nas suas propostas socialistas. No momento atual, eivado de concepções como época “pós-industrial, sem saída e sem futuro”, cenário “Blade Runner”, era do virtual, etc., insistimos na reflexão histórica comprometida com o social e suas transformações, à luz de dois grandes expoentes marxistas.

### Mirando os anos 1920, sobre revoluções, projetos e *desarraigos*

Em 1º de dezembro de 1920, Álvaro Obregon – aquele general que derrotou Pancho Villa e a Divisão do Norte nos episódios conhecidos como batalha de Celaya (entre abril e julho de 1915) – tomou posse como presidente do México. Em 10 de dezembro de 1919 Emiliano Zapata havia sido assassinado e perecia, com ele, a República de Morelos e o Exército Revolucionário Camponês do Sul do México, para renascer, como “lagartixas”, e se mostrar ao mundo no Grito do novo zapatismo de *ya basta*, em 1994, nas profundezas da Selva Lacandona. A Revolução mexicana foi vencida pelo movimento constitucionalista, de corte liberal. Para tentar unir o país o ministro da educação, Jose Vasconcelos, convocou alguns artistas, que seriam os protagonistas da primeira fase do movimento muralista

---

\* Professora Associada (NUHPECIT/INHIS/UFU). Membro do NUPEP – Núcleo de Pesquisa Estado e Poder no Brasil (UFF). Doutora em História (UFF, 2000). Pós-Doutora em Antropologia Social (UnB, 2012).

mexicano, com o propósito de “educar pela imagem”: Orozco, Siqueiros e Rivera fizeram extensos murais em prédios públicos, subversivamente interpretando a história do México com os seus toques pessoais e ideológicos. Assim, Diego Rivera estampou na sede do Palácio Nacional, dentre outros, o painel “Luta de classes”, dispondo todos os setores sociais e étnicos mexicanos de variadas épocas, trabalhando, lutando, sendo queimados na fogueira da inquisição, etc, encontrando-se Karl Marx no alto do painel, apontando para a esquerda...

Enquanto isso, na Itália, os operários de Turim viviam a experiência dos conselhos operários, o Partido Socialista se fragmentava, criando-se o Partido Comunista durante o Congresso de Livorno. Destacava-se a atuação de Antonio Gramsci, intelectual de origem sarda, que se ocupava de pensar e criar uma “nova ordem” junto ao proletariado italiano, em consonância com populações camponesas, motivado, dentre outras, pela experiência russa. Ao mesmo tempo, fluía o caudal autoritário que levaria Benito Mussolini ao poder, para resolver os impasses do Estado burguês italiano e alentar o capitalismo.

Que época foi aquela? Como se colocava a “questão nacional”? Que setores da população lutavam por inclusão? O que podemos pensar daqueles “loucos anos 20”<sup>1</sup> e de seus agentes na América Latina? Que “nova ordem” era aquela anunciada por Gramsci e outros na Itália? No alvorecer do “breve” (HOBBSAWN,1995) ou “longo” século XX (ARRIGHI,1996), o Imperialismo havia levado à Grande Guerra, aguçando contradições agravadas após 1929, com a Grande Depressão, num processo cada vez mais veloz de modernização capitalista que desagregava, desenraizava e em que se redefiniam grupos e classes sociais, reposicionando grupos étnicos e provocando a emergência de novos setores sociais médios. A implantação de novos padrões técnicos na agricultura avançava sobre terras e populações; ampliava-se o parque industrial; as cidades cresciam e os meios de transportes interligavam cada vez mais espaços em menos tempo, “resultando na configuração de relações sociais de produção diferenciadas, de padrões culturais heterogêneos e de situações políticas múltiplas que transformaram os processos sociais em cada país e região” (SANTOS, 1985, p. 10).

Ao mesmo tempo, teciam-se articulações entre forças sociais urbanas e suas entidades representativas; associações, sindicatos, partidos políticos, setores das Igrejas, grupos intelectuais etc. (Idem, p. 12). Trabalhadores e burguesia se organizavam em entidades de classe, a sociedade civil tornava-se mais complexa e, para além da simples coerção, ampliavam-se os instrumentos de controle e dominação do Estado. Os intelectuais, entendidos enquanto organizadores de vontades coletivas, ocupando funções relacionadas à representação e organização de interesses de classe a partir da sociedade civil (GRAMSCI, 2001), expressaram essas mudanças e se colocaram em diversas frentes para as tarefas de organização daqueles setores sociais aos quais se identificavam e/ou pertenciam, fossem eles “subalternos” ou “dominantes” e suas muitas frações. Em vários países evidenciou-se a junção contraditória do arcaico e do novo, setores patronais agrários, por exemplo, foram atualizando seus interesses, realizando algumas reformas, mesclando-se a atividades produtivas urbanas nacionais e internacionais, mas mantendo a estrutura de dominação.

---

<sup>1</sup> O "dinamismo" da década, vivido como euforia em alguns lugares, escondia as lutas sociais na América Latina e em países europeus periféricos, como a Itália, devido aos processos de exploração e expropriação cada vez mais intensos. Os **anos loucos** é uma expressão relacionada à década de 1920, principalmente na América do Norte, mas também em Londres, Paris e Berlim, enfatizando-se o dinamismo cultural, artístico e social do período, aliado à difusão de novas tecnologias (automóveis, cinema sonoro, televisão, etc). A segunda metade da década se tornaria conhecida como o "Golden Twenties" ou "Roaring Twenties".

Os questionamentos sobre os padrões de autoridade e de elitismo oligárquico aconteceram, para citar alguns exemplos, na forma de rebeliões militares, composta pelos vários episódios do movimento tenentista, no Brasil (incluindo-se a epopéia da Coluna Prestes-Miguel Costa, 1924-27) e, também, por meio das rebeliões e greves de estudantes universitários que desencadearam um movimento de lutas por reformas nas universidades. Esse movimento<sup>2</sup>, pouco conhecido no Brasil, iniciou-se em 1918, na tradicional Universidade de Córdoba, na Argentina, com a organização do Comitê Pró-Reforma Universitária (depois, Federação Universitária), quando, por ocasião de uma eleição para a reitoria, estudantes ocuparam a sala onde funcionava a Assembléia de professores, não reconheceram o reitor eleito e, em greve, lançaram seu manifesto que alcançou vários países do continente nos anos seguintes, adensando reivindicações e motins já existentes. Os estudantes clamavam pela reforma universitária, contra o que consideravam anacronismo no regime universitário, elitista e catedrático, fundado sobre uma espécie de “direito divino” do professorado universitário, que se mantinha num distanciamento olímpico da sociedade. Aqueles estudantes tinham a certeza de estar no terreno da revolução e de viver uma “hora americana” – um novo ciclo de civilização que se iniciava e radicar-se-ia na América, exigindo uma mudança total nos valores humanos e uma distinta orientação de forças espirituais em concordância com uma nova democracia. Não por coincidência, a virada dos anos 1920/30 traria o ocaso dos últimos tiranos de corte tradicional e de novos ditadores de perfil populista, civis ou militares. (CÚNEO, s.d.) Foi preciso uma nova sutileza e artilharia nos subsequentes projetos de dominação, incorporando minimamente reivindicações desses setores emergentes. Para isso, fundamental seria a atuação e engajamento de novos intelectuais orgânicos.

No campo, os chamados “movimentos sociais camponeses” (WOLF, 1984) eram herdeiros de reivindicações anteriores, de contradições e expropriações ocorridas desde os processos de conquista e colonização europeias. No século XIX ocorreram revoltas indígenas de grandes proporções em vários países da América Latina: “a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra” (MARIÁTEGUI, apud: IANNI, p. 18, 1985). Eric Wolf, inspirado em Marx, afirmava que o “que orienta o capitalismo do Atlântico Norte, enquanto sistema cultural e econômico, é que a terra, o trabalho e a riqueza são mercadorias” e isso afetou radicalmente o modo de vida do camponês, considerado como aquele que tinha poder de autonomia em relação ao cultivo da terra, sendo arrendatário, meeiro, posseiro, etc (WOLF, 1984, p. 332). E

em toda parte, a oscilação das mercadorias provocou uma crise ecológica. Se, no passado, o camponês elaborava uma combinação estável de recursos, a fim de subscrever um grau mínimo de subsistência, a mobilização separada e diferencial desses recursos, como objetos a serem comprados e vendidos, punha em perigo aquele vínculo mínimo (Idem, p. 336)

(...) assim, a própria tentativa do camponês médio e do camponês livre, de se conservarem tradicionais, é o que os torna revolucionários (Idem, p. 350).

Para o conjunto das sociedades latino-americanas, a experiência do “mercado” (sinônimo de capitalismo) apareceu estreitamente associada à “experiência do Estado” – que se encarregou de promover o projeto “modernizador” e vencer as resistências daqueles setores sociais que se tornaram filhos desse processo. A chamada “modernização” não foi um processo simétrico, para uns foi projeto, para outros “desarraigo” (VALLEJOS, 2000, p. 06 e 22). Segundo Julio Vallejos, em torno dos finais do século XIX e início do XX:

efectivamente, las resistencias iniciales de muchos actores populares en

<sup>2</sup> Destacamos a excelente publicação da Biblioteca Ayacucho, *La Reforma universitaria, 1918-1930*, que reúne documentos importantes desse movimento, bem como um esclarecedor prefácio de Dardo Cúneo (s.d.)

cuanto a resignarse a su ingreso en la modernidad comenzaron a quedar atrás cuando nuevas generaciones venidas de ultramar o nacidas en el mundo de la fábrica, el salario y la ciudad se convencieron de que el camino era sin retorno, adoptando como nuevo referente fundamental la identidad democrática o clasista (en este último caso, generalmente la proletaria). Esas nuevas generaciones, socializadas en la cultura racionalista y escrita de los espacios ya modernizados, vieron la posibilidad de echar mano a esos mismos recursos para hacer frente a las insuficiencias y contradicciones que el proceso presentaba en su manifestación latinoamericana concreta. (Idem, p. 21)

Diante desse confronto permanente, de lutas de resistência mescladas a processos de acomodação, até os anos 1970 (abarcando gerações e reivindicações já distintas, conforme Vallejos), ocorreram revoltas e revoluções com grande participação de camponeses, indígenas, afro-americanos, imigrantes europeus, trabalhadores rurais proletarizados, setores urbanos, etc. – que iam desde a luta pelas independências políticas das antigas colônias europeias até os mais diversos movimentos contra as expropriações no campo e nas cidades. Destacaram-se grandes líderes, organizadores dessas lutas: José Martí (final do século XIX, Cuba), Pablo Zarate Wilka (1899, Bolívia), Pancho Villa e Emiliano Zapata (1910, México), Farabundo Martí (1932, El Salvador), Augusto César Sandino (1934, Nicarágua). O surgimento e expansão das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil (1955-61), a Revolução Cubana (1959), os triunfos da Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile (1970) e da Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua (1979) e suas *débâcles*, encerrariam aquele ciclo de movimentações e revoluções, abrindo-se para a grande noite das ditaduras e do consenso neoliberal que seguiria com sua aparente voz monocórdia até 1994, quando despertou com o *Ya basta* do novo zapatismo, e muitos outros gritos dos expropriados do planeta, que vêm sendo ouvidos desde então: populações sem teto, sem terra, sem trabalho, sem floresta, sem água, sem democracia, com trabalho precarizado, etc.

Nosso enfoque, todavia, situa-se nos anos 1920 que, em termos políticos mundiais e europeus, além dos traumas, perdas, reacomodações e escaladas autoritárias do pós-guerra, viu emergir também o poder bolchevique, ganhando reconhecimento internacional como regime, – aquele que “não estava nos planos do Ocidente” –, segundo Eric Hobsbawm (1995, p. 76):

Contudo, o ano de levantes deixou para trás não apenas um país imenso mas atrasado agora governado por comunistas e empenhado na construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, como também um governo, um movimento internacional disciplinado e, talvez igualmente importante, uma **geração de revolucionários comprometidos com a visão da revolução mundial** sob a bandeira erguida em Outubro e a liderança do movimento que inevitavelmente tinha o seu quartel general em Moscou. (Durante vários anos, esperava-se que logo se transferisse para Berlim, e o alemão, não o russo, continuou sendo a língua oficial da Internacional entre as guerras)” (Idem, p. 77. Destaques da autora)

Essa **geração de revolucionários** tratou de buscar meios de realizar a epopéia bolchevique nos mais distintos países, ora tentando transplantar interpretações históricas e receituários oriundos do Partido Comunista da União Soviética, sobretudo com a Era Stálin, ora buscando compreender as diversas formações sociais e traçando novos caminhos para a Revolução. Data dessa década a fundação dos Partidos Comunistas em vários países, inclusive na América Latina. Alguns desses intelectuais europeus fundaram o que Perry Anderson denominou “marxismo ocidental” (1989, *passim*), desenvolvido no Ocidente após a Revolução de Outubro, tendo como eixo teórico as obras dos “pais fundadores” Marx e

Engels e, também, aquelas contribuições dos ‘herdeiros imediatos’ de ambos, a maioria oriundos de regiões mais “atrasadas” do Leste e Sul da Europa, dentre os quais Rosa Luxemburgo (1871-1919), Otto Bauer (1881-1938), V. I. Lênin (1870-1923), Leon Trotsky (1879-1940), etc. Da sofisticada teoria econômica e política marxiana sobre o funcionamento do capitalismo, conjugada com as estratégias desenvolvidas no calor da luta pelos seus “herdeiros”, a geração seguinte, que viveu no decorrer dos anos 1920, buscou formas que permitiriam o “renascimento de uma genuína prática política de massas” (ANDERSON, 1989, p.34). Novos enfrentamentos iriam surgir, a partir do burocratismo e autoritarismo da própria União Soviética, após a morte de Lênin,<sup>3</sup> bem como a avassaladora escalada autoritária nos países capitalistas. Nesse novo universo a “teoria revolucionária completou a metamorfose que resultou no que, em retrospecto, pode ser chamado de marxismo ocidental” (Idem, p. 44), destacando-se G. Lukács (1885-1971), Antonio Gramsci (1891-1937) e Karl Korsch (1886-1971) que, segundo Anderson, foram os três teóricos importantes da geração surgida após a década de 1920 e “verdadeiros geradores da orientação que marca o marxismo ocidental” (Idem, p. 48). Os três foram eminentes líderes políticos em seus respectivos partidos, participantes e organizadores de insurreições de massas. Portanto, “intelectuais orgânicos”, sujeitos da práxis, organizadores da cultura e da luta política, na acepção gramsciana. Para Anderson

fascismo e stalinismo, as duas grandes tragédias que, de formas diferentes, se abateram sobre o movimento operário europeu no período entreguerras, juntos pulverizaram e destruíram os potenciais criadores de uma teoria marxista nativa ligada à prática das massas do proletariado ocidental. A solidão e morte de Gramsci na Itália, o isolamento e exílio de Korsch e Lukács nos EUA e na URSS respectivamente marcaram o fim de uma fase em que o marxismo ocidental ainda estava próximo das massas. A partir daquele momento, passaria a falar sua própria linguagem cifrada, cada vez mais distante da classe que formalmente procurou servir ou articular (Idem, p.51)

Portanto, a breve, mas profícua experiência na criação do PCI, bem como a organização e redação de jornais, a militância nos conselhos operários de Turim e o avanço do fascismo sobre corações e mentes dos próprios trabalhadores forneceram a Gramsci um rico substrato que foi processado nos duros anos de prisão, percebendo e traduzindo as especificidades do Estado no “Ocidente” e sua imensa complexidade. Tornava-se evidente, na complexa e intrincada obra de Gramsci, que já não bastaria mais o “assalto ao palácio de inverno”, pois a tarefa revolucionária seria muito mais ampla, abrangendo os âmbitos político e cultural. Daí sua preocupação com o funcionamento molecular do capitalismo, com o papel dos intelectuais e das organizações da sociedade civil. Considerando, então, esse valioso substrato de que se nutriu o intelectual Gramsci, trataremos, agora, em primeiro lugar, da sua trajetória na criação do periódico *L’Ordine Nuovo*. Em seguida, voltaremos à América Latina do período, focalizando o contemporâneo Jose Carlos Mariátegui, atualmente mais revisitado, que muito se aproxima das principais concepções de Gramsci.

### **Gramsci e *L’Ordine Nuovo***

Antonio Gramsci (1891-1937), intelectual de origem sarda, viveu até os 18 anos na aldeia de Ghilarza, que, segundo G. Fiori, era “ilha dentro de uma ilha”, a Sardenha que, no final do século XIX e início do XX, economicamente era dominada por concessionários de reservas de minérios, todos estrangeiros, e grandes proprietários de terras, enriquecidos com a

---

<sup>3</sup> Acerca das avaliações dos dirigentes do Partido Comunista da Itália sobre a evolução política na Rússia após a morte de Lenin até a prisão de Gramsci, ver: Pons, In: AGGIO et al (orgs), 2010, p.143-174.

usura. A criminalidade era um dos maiores flagelos da ilha (FIORI, 1979, p. 38 e 39). Em 1918, com quase 18 anos, mudou-se para Cagliari, ainda na Sardenha<sup>4</sup>, e depois foi cursar a faculdade de Letras na Universidade de Turim, que não concluiu, devido às muitas dificuldades de sobrevivência e à própria militância política (Fiori, 1979). A partir de 1914, desenvolveu intensa atividade jornalística e política, integrando-se ao Partido Socialista. Fundou o Partido Comunista Italiano, em 1921,<sup>5</sup> integrando o comitê Executivo da Internacional Comunista e foi eleito deputado pelo Vêneto, em 1924. Foi preso em 1926 e nessa situação elaborou um conjunto de reflexões que, organizadas posteriormente, ficaram conhecidas como *Cadernos do Cárcere*.

A vivência na Sardenha marcaria suas reflexões, já nos primeiros anos em que passou a residir em Turim<sup>6</sup>:

Vocês devem imaginar a Sardenha – dizia ele – como um campo fértil e farto, cuja fertilidade é alimentada por um curso d’água subterrâneo que se origina de um monte distante. Repentinamente, vocês vêm a fertilidade do campo desaparecer. Lá, onde havia fertilidade, há somente capim queimado pelo sol. Vocês procuram a causa desse infortúnio, mas não vão encontrá-la jamais **se não saírem do seu pequeno terreno, se não estenderem a investigação até o monte de onde vem a água**, se não conseguirem entender que longe, a muitos quilômetros, um malvado ou um egoísta, interrompeu o curso d’água que alimentava a fertilidade do campo (Apud: FIORI, 1979, p. 98. Destaques da autora)

Além do sentido metafórico que podemos identificar nas frases destacadas, no sentido de uma investigação ampla e totalizadora, para além do seu “pequeno terreno”, do local imediato – o trecho traz a questão: quem interrompeu o curso d’água e quem, afinal, condenou a Sardenha ao atraso e à pobreza? Essa reflexão foi amadurecida, perpassando a vida de Gramsci, sendo incorporada tanto na experiência dos conselhos turinenses, quanto nos seus diversos trabalhos, dentre eles, *A Questão Meridional*, interrompido pela prisão, em 1926, e retomado depois, já durante o cárcere. É possível considerar que esse veio traz uma proximidade maior com a realidade latino-americana, com seus conflitos agrários em sucessivas experiências de expropriação e exploração, com suas disparidades regionais e intra-regionais, na condição do “atraso” em relação aos grandes países de economia capitalista “desenvolvida”. No artigo “Operários e camponeses”, de 1919, Gramsci identificava os responsáveis pela interrupção do curso d’água das populações meridionais, ao mesmo tempo indicando a equação da questão nacional:

A burguesia setentrional subjugou a Itália meridional e as ilhas, reduzindo-as a colônias de exploração. O proletário setentrional, emancipando-se a si

<sup>4</sup> A Universidade de Turim era o caminho para os estudantes pobres das antigas províncias do ex-reino sardo. Por meio de uma bolsa de 70 liras mensais, durante 10 meses, oferecida pelo Colégio Carlo Alberto, Gramsci partiu para Turim, no outono de 1911, com 21 anos incompletos. Foi a única maneira para frequentar a Universidade, já que não podia contar com recursos familiares. (Fiori, 1979, p.87). A biografia realizada por G. Fiori envolve uma documentação riquíssima e análise das diversas conjunturas pelas quais passou Gramsci.

<sup>5</sup> No Brasil, o livro de Edmundo F. Dias – originalmente sua tese de doutoramento –, é a grande referência para analisar a atuação de Gramsci durante o *biennio rosso* (1919-1920), no período dos conselhos de fábrica turinenses.

<sup>6</sup> Turim, cidade industrial e operária com quase meio milhão de habitantes, segundo Edmundo F. Dias: “Realizada a unidade italiana como ‘expansão’ do Estado piemontês, Turim, a capital, cede seu lugar de sede do aparelho governamental para Florença. Logo depois, a capital passa a ser Roma. Turim perde quase que por completo a sua classe pequeno-burguesa, que se desloca para a nova sede do poder estatal. A pequeno – burguesia, funcionária do Estado, já esvaziada da sua participação na produção capitalista, cede lugar ao operariado que, concomitantemente, chega a Turim, através do sistema de fábricas da Fiat. Esta ocupa a cidade e a transforma.” (1996, p. 135)

mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do Norte. A regeneração econômica e política dos camponeses não deve ser buscada numa divisão das terras incultas ou mal cultivadas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que precisa, por sua vez, da solidariedade dos camponeses, que tem “interesse” em que o capitalismo não renasça economicamente a partir da propriedade fundiária, e tem interesse em que a Itália meridional e as ilhas não se tornem uma base militar da contra-revolução capitalista (Operários e Camponeses II. In: GRAMSCI, 1987, p. 77)

Das suas experiências em Turim, sobressaía a preocupação de uma teoria geral da revolução, baseada na solidariedade do operário e do camponês que seriam os articuladores da **questão nacional**. As observações de Gramsci sobre os efeitos da guerra no mundo camponês, indicam não somente o processo de diferenciação social provocado pela mesma, mas “pela **experiência de vida coletiva**, substitutiva da fábrica, que ela forneceu” (DE FELICE e PARLATO. In: GRAMSCI, 1987, p. 17/18. Destaques da autora). Podemos inferir que, na acepção gramsciana, talvez esse último componente favorecesse a identificação do camponês com a proposta socialista.

Nessa fase, destaca-se a criação do periódico *L'Ordine Nuovo* (doravante, ON), em 3 três momentos, locais e com alguns editores distintos, ora como revista semanal (1919-20), ora como diário (1921) ou como edição quinzenal (1924, em Roma). Os outros editores da primeira fase foram Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Humberto Terracini, todos militantes e antigos colegas na Universidade de Turim. Sobre a época do ON, afirmava Gramsci: “o único sentimento que nos unia ... era aquele suscitado por uma vaga paixão de uma vaga cultura proletária; queríamos fazer, fazer, fazer; sentíamos-nos angustiados, sem uma orientação, mergulhados na vida ardente daqueles meses após o armistício, quando aparecia de imediato o cataclisma da sociedade italiana (GRAMSCI, apud: FIORI, 1979, p. 149).

Portanto, *ordine nuovo* ou nova ordem, era uma expressão daquele momento histórico, cujos porta-vozes ambicionavam uma nova palavra e um insuflar da descoberta do potencial soviète na classe operária italiana, que se realizou parcialmente nas comissões de fábrica, sendo a revista semanal um dos principais instrumentos divulgadores e catalisadores. O primeiro número do ON (maio de 1919) trazia o subtítulo “Resenha semanal de cultura socialista” e, ao lado do título, trazia a seguinte palavra de ordem: “Instruí-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda a vossa força.” Embora com circulação inicial difundida quase somente em Turim e no Piemonte, a revista passou, em um ano, de 3.000 leitores e 300 assinantes para, respectivamente, 5.000 e 1.100. Gramsci afirmava que ON cumpria as funções de verdadeiro “partido”, a despeito de algumas resistências, como a de Tasca (GRAMSCI, 1998, apud: BEIGEL, 2008, p.32)<sup>7</sup>

A partir da publicação de um polêmico artigo sobre os conselhos operários, em junho de 1919, os redatores do ON foram convidados a fazer palestras em círculos educacionais, em assembleias de fábricas, etc. A ideia central era que os conselhos seriam instrumentos básicos de luta, no sentido de uma ação revolucionária operária autônoma (BEIGEL, 2008, p. 32). Não por acaso, em novembro de 1919, a assembleia da seção turinense da FIOM (Federação Italiana dos Operários Metalúrgicos) aprovou o princípio da constituição dos conselhos de fábrica, tal como fora sugerido pelo ON. A proposta dos conselhos foi também aprovada pelo

<sup>7</sup> Na Itália, de forma geral, as editoras e as revistas “fizeram as vezes de verdadeiros partidos políticos” (DIAS, 2000, p. 40), tanto na esquerda, quanto na direita.

diretório municipal do PSI e pela Câmara do Trabalho de Turim, tornando-se tema de acesos debates entre as várias correntes socialistas. Antes, em maio de 1919, Gramsci havia sido eleito para a Comissão Executiva do PSI (GRAMSCI, 2006, p. 54).

Em janeiro e fevereiro de 1920 Gramsci publicou o “Programa de ação da seção socialista de Turim”, sendo reeleito para a sua Comissão Executiva, junto com Togliatti. Participou das atividades da “escola de cultura”, promovida pelo ON a partir de novembro de 1919, ministrando estudos sobre a Revolução Russa. Foi também co-fundador do círculo socialista sardo. Pela cronologia organizada na edição brasileira dos *Cadernos do Cárcere* (2006), percebemos a importância do ON como instrumento de luta e de organização, fomentando os conselhos operários e crescendo com eles. Foi uma incrível experiência para Gramsci, que soube se nutrir dela. E, nessa época, ele demonstrava sua sensibilidade às questões culturais mais amplas, sendo que o internacionalismo adquiria sentido com o “miolo” sardo, evidenciando uma Itália profundamente diferenciada. Em uma carta ao PCI, em que propunha a criação de um novo jornal, *L'Unità*, “pela primeira vez, Gramsci enunciou o tema da aliança entre os estratos mais pobres da classe operária do Norte e as massas camponesas do Sul” (BEIGEL, p. 59).

O ON era um veículo de divulgação de propostas, polêmicas doutrinárias, textos políticos e literários (de autores como, Romain Rolland, Lenin, Zinoviev, Górkí, Béla Kun, etc), provocando também cisões e reorganizações políticas, inserindo-se ativamente não somente no processo de constituição dos conselhos operários, como também na criação do Partido Comunista. Em 21 de junho, Gramsci publicou o artigo “Democracia operária”, colocando o problema das comissões internas de fábrica como “centros da vida proletária” e “futuros órgãos do poder proletário” (GRAMSCI, 2006, p. 54). Em 1920, Gramsci e o ON apoiaram a iniciativa para a constituição dos “grupos comunistas de fábrica”, base do futuro partido Comunista e também participou ativamente do movimento de ocupação das fábricas, sempre defendendo a necessidade de criar uma defesa militar operária. (Idem, p. 56).

O editorial de Gramsci no primeiro número da fase quinzenal do ON (1924), intitulado ‘Líder’, era dedicado a Lenin, recém-falecido (Idem, p. 60). No segundo número, publicou o artigo “Contra o pessimismo” – que seria seu mote para enfrentar os duros anos de prisão, no isolamento e com saúde extremamente precária. Por essa época, as milícias de Mussolini estavam por toda a Itália e em breve ele seria designado como Primeiro Ministro. Nas seguidas viagens de Gramsci a Moscou e a Viena, para atender às articulações com a III Internacional, as perseguições aos membros do PC se intensificaram e as edições do ON começaram a ser feitas na clandestinidade. O último ato público que Gramsci protagonizou, antes do encarceramento, foi como deputado recém-eleito, em fins de 1925 (BEIGUEL, 2005, p. 40).

Entre 1919 e 1922 o peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930) encontrava-se exilado na Itália e vivenciou as duas séries do ON: o Gramsci que Mariátegui conheceu não foi aquele lido em várias partes do mundo após os *Cadernos do Cárcere*, mas aquele militante dos conselhos e redator de *L'Ordine Nuovo* (BEIGUEL, 2005). Portanto, esse foi um caminho para que a experiência dos conselhos turinenses e a edição de jornais operários fosse conhecida em “nuestra América” (Martí). É o que veremos a seguir, resumidamente.

### ***Yawar mayu – tempos de lutas***

Era estático o muro, mas suas linhas fervilhavam e a superfície era cambiante, como a dos rios no verão, que têm um cimo assim, no centro do caudal, que é a zona temível, a mais poderosa. Os índios chamam de *yawar*



*mayu* esses rios turvos, porque exibem, sob o sol, um brilho em movimento, semelhante ao do sangue. Também chamam de *yawar mayu* o tempo violento das danças guerreiras, o momento em que os dançarinos lutam.(ARGUEDAS, 2005, p. 12)

São conhecidas as aproximações entre Gramsci e Mariátegui, por ambos serem intérpretes e criadores de um marxismo original, voltado às suas realidades históricas específicas (VÁSQUEZ, 1999, p. 147). Da mesma forma, ambos também foram “excomungados” por representantes da ala mais ortodoxa do marxismo, negando-lhes, às vezes, a filiação marxista, ora tachados de populistas (Mariátegui) ou reformistas (Gramsci). A trajetória pessoal também é similar, ambos tiveram origem social humilde, e padeceram de doenças, que os debilitaram em toda a curta existência.<sup>8</sup>

Adolfo S. Vásquez analisa a vida de Mariátegui em três fases, sendo a primeira de 1911-19, período em que exerceu atividade jornalística em Lima, na conjuntura política oligárquica do governante Partido Civilista, mas também vivenciando o movimento de reforma universitária local. Nesse período, seu pensamento se transformou, indo de uma mentalidade esteticista, decadentista, místico-religiosa para concepções políticas e antioligárquicas, rumando em direção a uma forma utópica de socialismo ou uma “voluntad de socialismo” (Apud: Vásquez, 1999, p. 150). O segundo período coincide com a fase em que esteve na Europa e, principalmente, na Itália, presenciando o movimento de ocupação das fábricas, o ordinovismo e até assistindo, como correspondente, às sessões do Congresso de Livorno (janeiro de 1921), em que houve a cisão entre socialistas e comunistas, formando-se o Partido Comunista da Itália. Além disso, tomou contato com os ecos da Revolução Russa e com as teses da III Internacional. Conheceu pessoalmente o filósofo idealista Benedetto Croce, a quem admirava. A terceira e última fase de sua vida, veria, então, a transformação de sua concepção de socialismo inspirado pelo marxismo, com grande influência de Gramsci e Terracini. Retornou ao Peru, desenvolvendo intensa atividade jornalística, criando as revistas *Amauta* (1926-30) e *Labor* (1928-29). Em 1928 fundou o Partido Socialista que, após sua morte, passou a ser Partido Comunista. No Peru, como em outros países nessa época, o socialismo encontrava-se em formação e o anarquismo era mais forte.

Segundo Beiguel (2005, p. 24), as campanhas de agitação que Mariátegui promoveu no jornal *La Razón* (1919) forneceram a justificativa para seu exílio na Europa. O surrealismo ainda estava em gestação, mas, entre 1919-22 ele pode conhecer outras expressões de vanguarda, tendo também acesso às principais revistas políticas e artísticas da época. Essa experiência fortaleceu sua percepção política de fazer da imprensa a “ferramenta de um projeto”. Seu editorialismo, mais desenvolvido em *Amauta*, tendia a combinar informação, difusão cultural e projeto programático de partido, muito semelhante, portanto, ao ordinovismo.

No mesmo ano de fundação do Partido Socialista, 1928, Mariátegui publicou sua principal obra: os *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Nesse livro, embora tributário de uma interpretação histórica com traços do evolucionismo ortodoxo (considerando a existência de feudalismo nas Américas, por exemplo), signo daquele tempo marcado pelo estalinismo, podemos perceber nítidas aproximações do marxismo mariáteguiano com o gramsciano: sua atenção ao papel transformador da ação das forças

---

<sup>8</sup> Mariátegui tinha um problema no joelho que se agravou e, em 1928, teve que amputar a perna, o que provocou grandes dificuldades e limitações nos seus deslocamentos. Tal como Gramsci, matriculou-se no curso de Letras, em Lima, mas não concluiu. Frequentava cursos livremente, definia-se como autodidata, de caráter extra-universitário e até anti-universitário (Cf. Carta de Mariátegui ao escritor Enrique Espinoza, de Buenos Aires. In: Mariátegui, 2005)

sociais, da intervenção de agentes sociais na História, da aliança campo-cidade e a preocupação com a realidade concreta – que deveria ser considerada tanto em termos de **interpretação**, quanto em termos de **transformação** efetiva. Para ele, as manifestações do feudalismo peruano se davam pela sobrevivência consubstancial do latifúndio e da servidão,

España nos trajo el Medievo: inquisición, feudalidad, etc. Nos trajo luego, la contrarreforma: espíritu reaccionario, método jesuítico, casuismo escolástico. De la mayor parte de estas cosas nos hemos ido liberando, penosamente, mediante la asimilación de la cultura occidental, obtenida a veces a través de la propia España. Pero de su cimientó económico, arraigado en los intereses de una clase cuya hegemonía no canceló la revolución de la independencia, no nos hemos liberado todavía. Los raigones de la feudalidad están intactos. Su subsistencia es responsable, por ejemplo, del retardamiento de nuestro desarrollo capitalista (MARIÁTEGUI, 2005, p.53)

A questão do latifúndio não podia ser entendida como problema técnico de “domínio dos agrônomos”, era um problema inerente à estrutura econômico-social, em que se inseria a maioria da população peruana, de origem indígena e camponesa. Para acabar com a servidão indígena, teria que se extinguir o latifúndio. A propagação do socialismo teria contribuído para politizar essa questão, sendo adensado pelo forte movimento estudantil<sup>9</sup> e popular a favor das reivindicações indígenas. Por outro lado, as próprias comunidades, que foram organizadas previamente pelo governo em congressos indígenas, mas em caráter assistencialista, agora se organizavam em perspectiva revolucionária. Esse era um componente fundamental da luta de classes no Peru, em que se colocava a disputa por hegemonia. A solução do problema indígena teria que ser social – o direito à terra – aqueles quatro milhões de sujeitos é que teriam que realizá-la, não bastando reivindicar direito “à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu” (MARIÁTEGUI, 2005, p. 30).

Mas, tal como Gramsci, Mariátegui condenava a proposta do simples fracionamento da terra, vista como “solução liberal”, fórmula individualista que havia passado de tempo: o regime de propriedade da terra determina o regime político e administrativo de toda a nação (Idem, p 53). O índio havia conseguido manter formas de cooperação, associação e solidariedade, vistos por Mariátegui como “espírito comunista” latente, que permitiu a resistência à expropriação, sempre reconstruindo seu modo de vida, oposto à lógica da propriedade privada. Esse era o socialismo prático na agricultura e na vida indígena (Idem,p. 52). Daí partiria a organização política e social futura. Ressalvando-se as diferenças, esse também era o componente que Gramsci identificava na experiência comunitária de vida do camponês meridional, sobretudo após a guerra.

Segundo Armando Bartra, na Introdução do instigante trabalho sobre a breve experiência socialista de Felipe Carrillo Puerto – outro também voltado às experiências de populações camponesas e indígenas –, em Yucatán, México, entre 1919-1924: “**cada presente evoca sus pasados** y las recientes autonomias neozapatistas de Chiapas como los altermundismos andino-amazónicos de Bolivia y Ecuador, llamam a repensar el socialismo maya de hace 90 anos.” (2010, p.05. Destaques da autora)

<sup>9</sup> Segundo Mariátegui, o movimento estudantil peruano sofreu forte influência da vitoriosa insurreição estudantil de Córdoba, já mencionada. Mas, sua origem foi um motim estudantil na Faculdade de Letras, contra alguns catedráticos de ‘calificada y ostensible incapacidad’ (2005, p. 136). El contraste entre la enseñanza de letras en esta Facultad y el progreso de la sensibilidad y la producción literarias del país, se tornó clamoroso cuando el surgimiento de una nueva generación, en abierta ruptura con el academicismo y el conservantismo de nuestros paradójicos ‘futuristas’ señaló un instante de florecimiento y renovación de la literatura nacional” (p. 137). Para ele, a cátedra universitária estava prisioneira dos critérios e preceitos do oitocentismo espanhol.

Na América, a existência de comunidades indígenas e a manutenção de uma cultura baseada no compartilhamento coletivo traziam um contraponto ao avanço mercadológico da cultura individualista capitalista que não passou despercebida nem a Mariátegui, nem a Carrillo Puerto. Após o exílio na Europa, Mariátegui teve o necessário distanciamento e perspectiva para, ao retornar ao seu país e realizar uma grande síntese de sua concepção socialista, em sua breve vida, o que evidencia a originalidade daquele que, tal como Gramsci, foi teórico de uma práxis voltada à história específica de suas regiões e das peculiaridades sociais aí presentes. Ambos influenciados pela revolução russa, mas também comprometidos com populações agrárias e camponesas de seus países, provocando a reflexão marxista nessa direção e percebendo as lutas sociais como incompletas se prescindissem desses estratos sociais. Numa época em que a maioria da população latino-americana ainda vivia no campo, isso era mais evidente, bem como o poder de pressão de movimentos sociais de origem rural. A cegueira produzida pela ortodoxia impedia, e impede a visualização dessas diferenças pertinentes a cada situação espaço-temporal. Para a análise das obras desses intelectuais, é importante, portanto, considerar não somente o que escreveram, mas em que condições o fizeram e o que viveram, quais os conflitos e os embates, os grandes saltos teóricos, mas também as limitações de seu tempo.

Os movimentos desencadeados por lideranças como Martí, Zapata, Villa, Farabundo Martí, Sandino, Luis Carlos Prestes, Mariátegui, Gramsci, etc, encontraram limites em suas próprias épocas, às vezes custando-lhes a vida, mas não foram em vão, ficaram ora como registros de memórias, de lutas e de resistências de todos aqueles empenhados na transformação social, ora em formas de trabalhos e reflexões, heranças preciosas para movimentos posteriores, em tempos de *yawar mayu*, o tempo dos rios sangrentos e violentos que ameaçam arrastar tudo, mas também o tempo violento das danças guerreiras, o momento em que os dançarinos lutam, em que populações subalternizadas saem de seus esconderijos e retornam à flor da terra, como lagartixas...

## **Bibliografia**

AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Trad. Luiz Sergio Henriques. Brasília: Fund. Astrojildo Pereira; coedição - Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARGUEDAS, José María. *Os rios profundos*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

BARTRA, Armando. *Zapatismo con vista al mar: el socialismo maya de Yucatán*. México, DF: Brigada cultural "Para leer en libertad", mayo 2010. (Distribución gratuita)

BUSTOS, Rodolfo; LOZA, Marco Antonio e MEDINA, Rafael Alarcón. *Revolução Mexicana. Antecedentes, Desenvolvimento, Conseqüências*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COUTINHO, C.N. ; NOGUEIRA, M. A. (Org. e Trad.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CÚNEO, Dardo. Extensión y significado de La reforma universitária. In: *La Reforma universitária, 1918-1930*. Ed. Biblioteca Ayacucho Digital. Disponível em [WWW.bibliotecayacucho.gob.ve](http://WWW.bibliotecayacucho.gob.ve). Acesso em 31 mai. 2012.

- DIAS, Edmundo F. *Gramsci em Turim. A construção do conceito de hegemonia*. São Paulo; Xamã, 2000.
- DIAS, E. F. et al. (orgs). *O outro Gramsci*. 3ª Ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Trad. Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, v. 1. Ed. e Trad., Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere*, v.2. Ed. e Trad. Carlos Nelson Coutinho; co-ed., Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A questão meridional*. Seleção e Introdução Franco de Felice e Valentino Parlato. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, Jose V.T. (org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo; ícone; Campinas; EdUnicamp, 1985, p. 15-45.
- MACCIOCCHI, Maria-Antonieta. *A favor de Gramsci*. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 71 ed. en el mundo. Lima: Biblioteca Amauta, 2005.
- MASSARI, Roberto. Trotski e Gramsci. In : DIAS, E. F. et al. (orgs). *O outro Gramsci*. 3ª Ed. São Paulo: Xamã, 1996, p.123-166.
- MENDONÇA, S.R. “Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, M.Y.L. (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro; Campus, 1990, p.229-242.
- PONS, S. O grupo dirigente do PCI e a “questão russa”(1924-1926). In: AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (orgs.). *Gramsci no seu tempo*. Trad. Luiz Sergio Henriques. Brasília: Fund. Astrojildo Pereira; coedição - Rio de Janeiro: Contraponto, 2010, p.143-174.
- SANTOS, Jose V.T. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo; ícone; Campinas; EdUnicamp, 1985, p. 07-14.
- VALLEJOS, Julio Pinto. De proyectos y desarraigos: La sociedad latinoamericana frente a la experiencia de la modernidad (1780-1914). In: *19th. International congress of historical sciences, University of Oslo*, 6-13 aug., 2000. Specialised theme: Modernity and tradition in Latin America. Oslo: University of Oslo, 2000, 28p.
- VASCONCELOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana. O Museu Nacional de História do México, 1940-1982*. São Paulo: Alameda, 2007.
- VÁSQUEZ, Adolfo S. *De Marx al marxismo em América Latina*. México, DF: Editorial Itaca/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. Trad. Iolanda Toledo. São Paulo: Global, 1984.